



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PROJETO DE LEI Nº 05 /2021

Fica proibido lançamento de agrotóxico por aeronaves, nas lavouras cultivadas em imóveis situados no âmbito do município de Bom Despacho.

Art. 1º. Fica vedada a aplicação aérea de agrotóxicos e de outros produtos congêneres e seus componentes, nas lavouras cultivadas em imóveis rurais situados no âmbito do município de Bom Despacho-MG.

Parágrafo Primeiro. Por aplicação aérea de agrotóxicos, seus componentes e afins entende-se a dispersão, aspersão, pulverização ou método afim, por meio de aeronave tripulada ou não tripulada, inclusive drone.

Parágrafo Segundo – Para os efeitos desta Lei as definições de agrotóxicos e de produtos congêneres, bem como, seus componentes são das descritas no art.2º, incisos I e II, da Lei Federal n. 7.802/89 e no art. 1º do Decreto Federal n. 4.074/2002.

Art. 2º. A violação do artigo anterior está sujeita à pena de multa no valor de 1.000 UFEMG, por hectare pulverizado.

Art. 3º. É entendido como sujeito ativo o proprietário do bem imóvel que, na data do ocorrido, descumpriu a norma proibitiva do artigo 1º e, no caso de arrendamento, seu arrendatário, bem como, a indústria que receber ou processar matéria-prima oriunda das áreas pulverizadas.

Art. 4º. Na reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro e, multiplicado por 10 em caso de nova reincidência.

Art. 5º. A aplicação da multa não exime o responsável de outras penalidades na esfera penal, civil e administrativa.

Art. 6º. As multas previstas neste Lei serão aplicadas pela Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou de qualquer outro órgão público indicado pelo Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Os recursos obtidos com o pagamento das multas aplicadas serão revertidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente e para o Fundo Municipal de Saúde, em percentagens iguais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO


Art. 7º. Os proprietários ou possuidores de lavouras em imóveis rurais situados no Município de Bom Despacho que realizam a aplicação e agrotóxicos e afins por via terrestre, ficam obrigados ao fornecimento de cópia da nota fiscal de aquisição do respectivo produto aplicado na lavoura, ao Departamento de Vigilância Sanitária do Município.

Art. 8º. O Poder Executivo editará, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, todas as normas regulamentares ao cumprimento desta Lei.

Parágrafo Único – O regulamento desta Lei estabelecerá, entre outros aspectos, as normas procedimentais para a imposição das multas, direito da ampla defesa e do contraditório do autuado e seu julgamento.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Despacho, 31 de janeiro de 2022.


Vereador Pastor Alex